

## O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO EM LONDRINA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO LUGAR DE MORADIA E O ACESSO AO EMPREGO

Leandro Henrique da Silva<sup>1</sup>

---

### RESUMO

O presente trabalho objetiva realizar uma análise entre o espaço urbano da cidade de Londrina com a pesquisa empírica da classe trabalhadora atendida pelo Sistema Nacional de Emprego. Na espacialização dos dados colhidos através de questionário foi possível verificar a lógica empresarial em selecionar os candidatos a um emprego pelo local em que residem. A distância e a mobilidade restrita são entendidas como condicionantes das atividades e da prática social dos homens. Nesse sentido, a localização das pessoas em bairros periféricos numa cidade média como Londrina, aponta a fenômenos antes visualizados em grandes metrópoles e que, atualmente, configuram-se como estratégias de reprodução do processo de acumulação do capital em escala local. A precarização das atividades dos trabalhadores e sua manutenção como meros reprodutores de força de trabalho estão, em parte, ligada a sua localização no espaço, resultante, muito mais de decisões políticas e de mercado do que, propriamente, de eficiência dos governos locais.

**Palavras-chave:** Espaço urbano; cidade média; distância; força de trabalho; políticas públicas.

### THE NATIONAL SYSTEM OF EMPLOYMENT IN LONDRINA: A GEOGRAPHIC ANALYSIS OF THE HOME PLACE AND THE ACCESS TO THE JOB

### ABSTRACT

The present work aims to carry out an analysis about the relation between Londrina city urban space and the empirical research of the working class attended by National Employment System. In the data presented by maps picked through questionnaire, it was possible to verify the managerial logic in selecting the candidates to a job by the local where they reside. The distance and the restricted mobility are understood as obstructions of the activities and the men social practice. In this sense, people's location in periphery districts in a medium city, as Londrina is, points for the phenomena noticed in big metropolis, but it sets up the reproduction strategies of the capital accumulation process in local scale. The degradation of workers activities and their maintenance as mere reproducers of the labor force are linked, in part, with their location in the space. Consequently, it is much more a result of political and market decisions, than, properly, of efficiency of local governments.

**Keywords:** Urban space; medium city; distance; labor force; public policy.

---

<sup>1</sup> Geógrafo formado pela Universidade Estadual de Londrina. Discente do Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, nível Mestrado. Rua Newton Prado, nº 61, apto 77, CEP: 09720-110 São Bernardo do Campo, São Paulo. [geoleandro@yahoo.com.br](mailto:geoleandro@yahoo.com.br)

## **INTRODUÇÃO**

O presente analisa de maneira preliminar, a relação da cidade de Londrina com a pesquisa empírica da classe trabalhadora atendida pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE na cidade.

Nesse sentido, o lugar de trabalho e o lugar de moradia, como variáveis analíticas são focalizados e relacionados como obstáculos ou vantagens no momento da inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho formal.

Por sua vez, o entendimento do meio urbano e a espacialização dos dados na base cartográfica da cidade oferece subsídios à análise da lógica capitalista em manter cristalizada as condições de quem trabalha em seu lugar de origem, ou melhor, sua condição como mero reproduzidor de força de trabalho.

Diante desse quadro, o desemprego será investigado à luz das políticas públicas daqueles que procuram por emprego. Da mesma forma, a intermediação da mão-de-obra desenvolvida pelo SINE em escala local terá o acréscimo fundamental do dado espacial. Uma vez traçado o perfil do trabalhador atendido por este órgão, assim como sua distribuição no espaço urbano, há possibilidade de elucidação, em parte, da lógica empresarial de seletividade aos candidatos que mudam de postos de trabalho freqüentemente na cidade.

Desse modo, essa investigação pretende expandir a discussão a partir de uma geografia do trabalho em direção à uma teoria do espaço geográfico.

## **A CLASSE TRABALHADORA E A CIDADE**

A tentativa de interpretar o novo momento da configuração do mundo da produção capitalista, desencadeada pelas transformações do trabalho, em distintas escalas, principalmente a partir da década de 1970, constitui um importante dado no entendimento da sociedade atual.

Essa reflexão emerge, por exemplo, em Santos (1998), quando o autor reflete a respeito do conflito existente entre o processo de produção e o da vida mediante novos delineamentos da produção direta, de um lado, e as novas formas de regulação integradas a outras instâncias dessa produção, de outro. As facetas do mundo do trabalho aparecem ditadas por uma política distante e uma nova geografia do trabalho se apresenta a fim de ser teorizada e esclarecida em cidades grandes, médias e, igualmente, pequenas.

O enriquecimento da análise do urbano pode ser verificado quando há ligação entre as necessidades dos cidadãos e das estratégias do capital, sendo que aqueles não podem ser tratados como um dado esvaziado de conteúdo. Ao contrário, o direcionamento volta-se às necessidades básicas das pessoas e a descoberta da dinâmica da classe trabalhadora em seu espaço local (CARLOS, 1994).

Outros autores, como Herod (1997) advogam por uma conceituação muito mais ativa em favor dos trabalhadores. Esses, tidos como integrados ao processo de desenvolvimento desigual do capitalismo, procuram, não obstante, produzir um espaço particular de diferentes modos a fim de garantir sua auto-reprodução, mesmo que essa auto-reprodução e/ou sobrevivência os mantenham como trabalhadores em uma sociedade capitalista.

Esse autor, de fato, enxerga o trabalho a partir dos trabalhadores e não somente pelas regulações do capital. Os trabalhadores produziram ativamente espaços econômicos, em diferentes escalas e períodos distintos, como agentes geográficos, e essas práticas espaciais acabam por influenciar, da mesma forma, a construção do espaço geográfico.

Em relação ao caso brasileiro, interessa não somente o crescimento da população e sua aglomeração, mas também sua distribuição e a conseqüente posição social de cada qual no espaço. Isso tem que ver com aquilo que Santos (1994, p.118) demonstrou em sua economia política da cidade, isto é, “[...] a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade”.

Para tanto, tornar-se fundamental apreender a lógica do espaço geográfico e de seus componentes: homens, empresas, instituições, o meio, dentre outros, no intuito de tornar a sociedade objetiva através de suas formas e funções, ou seja, elucidar a relação da estrutura urbana e da vida social (SANTOS, 2004; 1986; CORRÊA, 1995).

Nesse ponto, importa reconhecer a distribuição irregular da população e da densidade técnica na cidade como expressão das desigualdades sociais presentes no sistema capitalista. Uma teoria geográfica do valor do indivíduo a partir do lugar sócio-econômico e geográfico em que se encontra no território, o qual pode dificultar ou favorecer o acesso aos bens e serviços essenciais a uma vida digna, contribui na construção de tipologias e na descoberta de padrões distintos do processo de trabalho existentes nas cidades (SANTOS, 1993).

Tais observações remetem, sobretudo, a fenômenos verificados e estatisticamente coletados em cidades grandes, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte.

Em relação às pesquisas realizadas em metrópoles, as autoras Branco; Firkowski e Moura (2005), oferecem um trabalho com indicadores de deslocamentos entre lugar de trabalho/estudo e lugar de residência, em que esses indicadores são dispostos como recursos à análise dos processos de metropolização e expansão urbana.

As autoras enfocam a mobilidade através de uma noção consagrada na Geografia: as migrações pendulares. A opção por este termo advém do fato dele não implicar em transferência ou fixação definitiva de pessoas a outros lugares.

As singularidades das contribuições recaem sobre a possibilidade de construção de tipologias dos municípios a partir do cruzamento das informações de deslocamentos pendulares, com outros indicadores, tais como: densidade demográfica, taxas de crescimento da população, estrutura ocupacional e fragmentação municipal, dentre outros. O resultado esperado volta-se para a avaliação do grau de inserção do fenômeno urbano-metropolitano da aglomeração, bem como da possibilidade de traçar o perfil da distribuição da população no espaço e indicar possível segregação sócio-espacial.

Por outro lado, as cidades médias reclamam por uma análise de suas especificidades, isto é, da dinâmica de seu trabalho local, dos significados de suas ações, posturas, alianças políticas e projeto de sociedade dos trabalhadores (THOMAZ JÚNIOR, 2005; 2002).

A questão central que emerge se apóia nas formulações de Harvey (2004) quando o autor procura entender como a existência dos indivíduos se molda ao processo de acumulação do capital. Como analisar esses processos a partir de uma realidade em escala local? Do mesmo modo reconhecendo com Santos (1993, p. 87) que o “[...] o conjunto das variáveis que caracterizam a sociedade global incide sobre o indivíduo concreto num lugar determinado”.

Tal pretensão encontra nos questionamentos teóricos elaborados por Corrêa (2007) as tentativas de conceituação de cidade média. O autor argumenta que a construção de um objeto de conhecimento abarcando a cidade média não constitui tarefa simples. Assim, o caminho para uma definição de cidade pequena, média ou grande passa pela combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano de maneira articulada.

Segundo esse autor, o tamanho demográfico implica em maior ou menor economia de escala, pois envolve a cidade e seu espaço de atuação, autorizando, do mesmo modo, o desenvolvimento de funções urbanas. Outras características propostas pelo autor partem da necessidade de estar presente numa cidade média uma elite empreendedora. Os interesses locais ou regionais, a competição entre

setores e um espaço de tomada de decisões e de acumulação de capital diferencia a cidade média das demais. Soma-se a isso a localização relativa, isto é, o lugar que uma cidade ocupa na hierarquia urbana permitindo o fluxo de pessoas, capitais, informações, dentre outros aspectos. Por conseguinte, Corrêa (2007) admite que a temática das interações espaciais, tanto regional como extra-regional, por meio do qual a cidade se conecta a rede global consiste em recurso teórico dos mais sólidos.

Partindo do mesmo ponto de vista, as características das cidades médias revelam-se fundamentais no entendimento da relação do espaço urbano e da população trabalhadora, caso sejam levadas em consideração as ponderações de Silveira (2002, p. 15), para quem essas cidades constituem “[...] nós de uma divisão do trabalho à escala mundial, e o estudo de suas especializações pode ser um pista para entender a atual organização do espaço”.

Esse ponto de vista permitiu a Oliveira (2009), em sua discussão sobre o conceito de cidade média, reconhecer Londrina nessa acepção. O autor considerou em sua análise, a situação geográfica da cidade, seu papel na atual divisão do trabalho, sua polarização sobre seu entorno reforçada ao longo do tempo a partir do adensamento do meio técnico-científico e informacional. Com efeito, o autor defende a ideia de que Londrina assume uma posição intermediária por acolher vetores modernos, ligado ao circuito superior da economia e, ao mesmo tempo, convive com a economia informal, ou o circuito inferior da economia. Além disso, destaca o papel do meio construído como fundamental para a reprodução dos novos processos modernizadores que incidem na cidade e no território brasileiro.

Já Silva (2006) aponta na mesma direção ao discutir a pertinência da centralidade entre Maringá e Londrina, a partir dos vetores recebidos do processo de totalidade. Assim, o autor atribui um reforço a concentração em Londrina, e uma tendência a dispersão em Maringá. Essas duas cidades revelariam a complexidade existente no atual período e a disputa pela maior influência na rede urbana do norte do Paraná. Silva (2006) ainda reconhece um processo de especialização funcional no qual a cidade de Londrina já apresenta, apesar de sua complementaridade com Maringá, uma primazia considerável a partir de sua lógica comportar vetores modernos de um lado, e abarcar outros processos tendo como base a lógica da sobrevivência, de outro.

O que supõe conectar as análises econômicas, das políticas públicas e do desemprego com o seu componente territorial.

## O TRABALHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO NO BRASIL

O fantasma do desemprego, como apenas uma das formas do sistema capitalista garantir a subjugação dos trabalhadores, prevalece hoje um fenômeno considerável, tanto do ponto de vista da análise como de uma realidade evidente de exclusão social. No dizer de Singer (1999, p. 25) a “[...] precarização do trabalho inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições”.

Entretanto, a obliteração da classe trabalhadora suplantada pela hegemonia do sistema técnico produtivo na atual fase do capitalismo, parece não fazer eco as formulações de Maar (2006). O autor chama atenção para a discussão sobre a temática do trabalho de ser focalizada sob a ótica do processo de produção e reprodução material da vida humana em sociedade, em sua interação com os outros homens e com a natureza.

O autor ainda ressalta que no Brasil a dialética do trabalho social se realiza mediatizada pela sociedade na perspectiva do capital, isto é, em termos estritamente capitalista produtivista e avaliado como fardo, desprovido do momento formativo do sujeito mediante sua interação com a sociedade e natureza.

Contrário às posições sobre o “fim do trabalho”, Maar (2006, p. 27) ratifica:

[...] a inserção social pela via do emprego, do assalariamento, permanece a única como uma realidade efetiva, que sustenta a autodeterminação social. Na formação social vigente do capitalismo, o trabalho só se realiza como ‘social’ pela via da inserção no mercado de trabalho; ao mesmo tempo, como corolário, a inserção social – como sujeito, embora ‘alienado’ – depende da via do assalariamento.

A tese do autor gravita em torno da posição central que o trabalho assume na sociedade, em relação ao dinamismo social. Todavia, a crítica direciona-se e torna-se negativa sobre a sociedade do trabalho vigente, bem como pelo seu quadro evolutivo.

Em relação à dimensão espacial, pode-se levantar a seguinte questão: como o desemprego pode influenciar uma distribuição irregular dos trabalhadores no espaço, a partir da avaliação de Harvey (2004) sobre o efeito do corpo do trabalhador inserido na circulação do capital variável? O mesmo autor procura responder sob o ponto de vista global do desemprego:

[...] a criação do desemprego por meio da redução dos níveis gerenciais, as redefinições de aptidões e da remuneração das aptidões, a intensificação dos processos de trabalho e de sistemas autocráticos de vigilância, o crescente despotismo de detalhadas divisões orquestradas do trabalho, a inserção de imigrantes (ou, o

que se reduz à mesma coisa, a migração do capital para fontes alternativas de trabalho) e a luta competitiva, sujeita a coerções, entre diferentes práticas corporais e modos de avaliação do corpo obtidas em diferentes condições históricas e culturais – tudo isso contribui para a avaliação geográfica desigual dos trabalhadores como pessoas (HARVEY, 2004, p. 151).

Tentar visualizar tais fenômenos no âmbito local, captar os processos responsáveis por transformar os conteúdos da esfera do trabalho, os quais modificam a interação social através do desemprego, consiste em tarefa virtuosa (RIBEIRO, 2000).

No Brasil essa situação remete a inserção do país na divisão internacional do trabalho. Segundo Antunes (2004), os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva brasileiro, levou as empresas a adotarem novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social e sexual do trabalho.

O cenário descrito pelo autor engloba novas técnicas surgindo no mundo da produção nacional, como: informatização produtiva, uso do sistema *just-in-time*, programas de qualidade total, difusão da microeletrônica, métodos participativos, isto é, mecanismos que procuram envolver os trabalhadores nos desígnios das empresas.

Nessas condições a assertiva do autor é taxativa, pois, no capitalismo brasileiro atual “[...] combinam-se processos de enorme enxugamento da força de trabalho, acrescido às mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do trabalho” (ANTUNES, 2004, p. 25).

E o papel da materialidade presente nas cidades, diz Silva (2000, p. 301), funciona como suporte e condição à multiplicação dos sistemas técnicos inscritos na vida social, sendo “[...] o trabalho cada vez mais [...] dependente da materialidade do espaço e das forças sociais técnico-científicas que orientam esta materialidade, organizando o território”. Isso sugere a problemática do mercado em adaptar os indivíduos aos seus ditames, ao invés do contrário se efetivar.

O dado político se insere como ponto fundamental de análise, ao mesmo tempo, em que as técnicas do atual período, permitem uma produção muito maior do que no passado. Por isso, Souza (1996) é levada a afirmar que o problema do emprego abrange escolhas políticas, concepções de mundo, sendo também um problema ético e filosófico, porque diante do atual período histórico, de tecnologia avançada, o emprego pode ser gerado de forma abundante.

Este é um dos motivos por que Pochmann (2000) não considera o desemprego um fenômeno inevitável, principalmente se a política macroeconômica atendesse as orientações preconizadas pela população.

O mesmo autor analisa as políticas de emprego, como apenas uma das variáveis de determinação da quantidade e qualidade do uso da força de trabalho no capitalismo contemporâneo. Ele argumenta sobre o papel das políticas de emprego em: orientar a redução dos desajustes nas ocupações e rendimentos que ocorrem no plano nacional, regional e setorial; os problemas de qualificação profissional; alocação de mão-de-obra; de condições e relações de trabalho, do tempo de trabalho, dentre outros.

Em relação ao Brasil, Pochmann (2000) salienta que o país não possui um sistema público de emprego eficaz, em comparação com outros países. Para o autor, a capacidade de reunir um conjunto articulado e voltado ao desemprego mediante a intervenção de mão-de-obra, formação profissional e assistência financeira possui alguns serviços desarticulados e com baixa eficácia.

De maneira análoga Moretto; Gimenez e Proni (2003) apresentam os programas destinados ao mercado de trabalho, principalmente a partir da década de 1990. Segundo os autores, após a criação do seguro-desemprego em meados da década de 1980 e sua posterior regulamentação, intensificou-se a procura por articular um Sistema Público de Emprego eficaz no país. Todavia, esse processo não obteve o devido respaldo de uma política de desenvolvimento, que com o Plano Real continuava expondo o território nacional aos desígnios dos organismos internacionais. Com isso, a geração de emprego foi prejudicada, principalmente na indústria. Desse modo, o desemprego cresceu e, ao mesmo tempo, a precarização dos contratos de trabalho.

Mesmo com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no início da década de 1990, e as novas formas de financiamento a partir desse órgão para políticas de proteção ao trabalhador e aumento de recursos a programas de qualificação, treinamento e o próprio seguro-desemprego, por exemplo, tudo isso não contemplou a crescente demanda dos trabalhadores por empregos (MORETTO; GIMENEZ; PRONI, 2003).

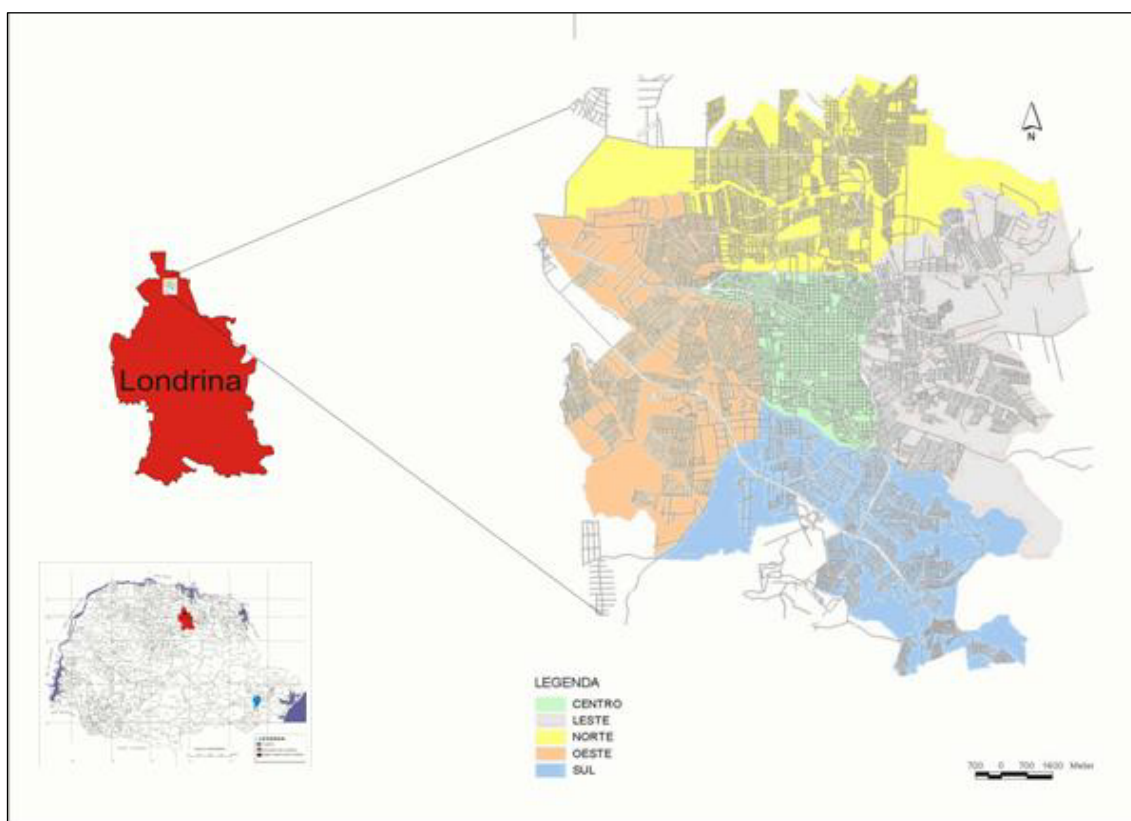
Naturalmente é preciso questionar a repercussão dessas novas transformações do processo de acumulação do capital no espaço geográfico em escala local. Os projetos de investimentos, de escolha dos lugares para a produção, a rede de informações necessárias à tomada de decisões, não escapam a uma base geográfica produzida socialmente. Além da escala nacional, as cidades médias já despontam como objeto de análise por incorporar as novas contradições do processo de compra/venda/uso da força de trabalho.



## O LUGAR GEOGRÁFICO E SOCIAL DOS TRABALHADORES NA CIDADE: O CASO DE LONDRINA-PR

O recorte espacial adotado neste trabalho, ou seja, a cidade de Londrina-PR explora as tentativas de se obter conhecimento de uma cidade média com relevante concentração populacional, bem como dotada de uma mancha urbana densamente considerável e em expansão, como se pode observar na figura 1.

A construção de um objeto de conhecimento entre a população trabalhadora e o espaço urbano de uma cidade média privilegiou apenas um dos programas do sistema público de emprego: a intermediação de mão-de-obra em escala local. O intuito recai sobre a necessidade de acrescentar o dado espacial a todo o processo de movimento daqueles que procuram emprego e compreender a dinâmica gerada por tal procura.



**Figura 1** – Mapa da localização da cidade de Londrina. Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL (2007), organizado pelo autor.

Nesse sentido os autores Moretto; Gimenez e Proni (2003, p. 255), observam que no início da década de 1980, os recursos federais de financiamento do serviço de intervenção de mão-de-obra, entre outros, tiveram uma redução de

cinquenta por cento. Dessa forma, as condições de atendimento de uma imensa clientela em potencial foram prejudicadas e o SINE “[...] ganhou o estigma de ‘agência dos pobres’, com atuação muito restrita e pouco eficaz”.

O funcionamento das agências do trabalhador, como também é conhecido o SINE, envolve convênios entre Estado, responsável por intermediar os recursos advindos da União, e municípios, os quais em muitas cidades assumiram as despesas de folha de pagamento. O Ministério do Trabalho responsabiliza-se por despesas com equipamentos, materiais, consultoria, ampliação de postos e outras despesas (MORETTO; GIMENEZ; PRONI, 2003).

A relação complexa entre as esferas de poder é lembrada por Pochmann (2000), como obstáculos ao SINE, o que acaba por interferir em suas ações, bem como em seu desempenho.

Ainda segundo esse autor, enquanto nos países desenvolvidos a intermediação da mão-de-obra representa, aproximadamente, um quarto das oportunidades de trabalho para o desempregado, no Brasil a contribuição do SINE é insignificante. Este fato ocorre devido à procura individual de trabalho, a interferência de amigos, família, indicações, responder pela maior parte das inserções dos desempregados em diferentes atividades.

Nesse quadro, as condições geográficas realmente importam e muito, em todo o processo de distribuição dos trabalhadores no espaço. Assim, a pesquisa de campo realizada por Silva (2007) na agência do trabalhador na cidade de Londrina vem acrescentar um dado fundamental à análise do desemprego: a distância geográfica como obstáculo e/ou vantagem à inserção dos trabalhadores em postos de trabalho formais e o papel das empresas na seletividade desses trabalhadores baseados no lugar de moradia.

Por meio da utilização de questionário foram entrevistadas 152 pessoas atendidas exclusivamente pelo SINE – Londrina no Terminal Urbano da cidade. De posse dos dados, cuja referência é o número de pessoas atendidas diariamente no local, aproximadamente 250 pessoas, o passo seguinte se concentrou na espacialização desses mesmos dados através da base cartográfica elaborada pelo Grupo IMAP&P da Universidade Estadual de Londrina através do *Software* de cartografia temática *Philcarto*, desenvolvido pelo geógrafo francês Philippe Waniez (MENEQUETE e GIRARDI, 2003). A referida base constitui o resultado do agrupamento dos setores censitários do IBGE, a qual foi redesenhada, atualmente, em 58 bairros.

Na cidade de Londrina a agência do trabalhador, estabelecida desde o final da década de 1970 e após diversas localidades, há seis anos tem sede oficial na

Rua Guaporé, 272 no centro da cidade. Outra agência encontra-se no Terminal Urbano de Transporte Coletivo, alvo da referida pesquisa.

O perfil do trabalhador atendido pelo SINE foi construído e sua distribuição pelos bairros de Londrina contribuiu para uma melhor visualização daqueles que procuram emprego.

A primeira constatação foi à predominância de 60% de mulheres atendidas pela agência do trabalhador<sup>2</sup>. O universo de desempregados que não exercem nenhuma atividade fora da esfera do trabalho assalariado, isto é, com carteira assinada, correspondem a 84%. Os trabalhadores ligados ao chamado setor informal da economia representam 10%. E os 6% restantes compõem os empregados totalmente descontentes com o atual emprego na busca de melhores condições de trabalho.

O grande volume de desempregados corresponde à descrição de Pochmann (2001) sobre o desemprego aberto. O autor exemplifica que a extrema concorrência entre as vagas existentes no mercado de trabalho pode ser verificada por aqueles trabalhadores em plenas condições de exercer uma ocupação, porém sem desenvolver qualquer atividade laboral.

Já o subemprego e outras formas de sobrevivência caracterizam-se por ser a parte menos visível do excedente de mão-de-obra. Esses trabalhadores “invisíveis” são aqueles que fazem “bico”, contudo não deixam de procurar por trabalho, mesmo em situações desfavoráveis. Este seria o “[...] desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento” (POCHMANN, 2001, p.78-79).

Em relação à educação como elemento de diferenciação no processo de inserção no mercado de trabalho o percentual foi considerável. Na tentativa de dominar a linguagem, os códigos do sistema técnico produtivo atual e, dessa forma, garantir certas prerrogativas na sociedade do trabalho, pelo menos 65,79 % dos candidatos a um emprego no SINE possuem ou estão em fase de conclusão do ensino médio.

Notadamente, nesses tempos de neoliberalismos, a posição de cada indivíduo no espaço envolve, entre outros fatores, a visão individual perante o mundo e o subseqüente domínio dessa linguagem padrão impregnada nos sistemas técnicos atuais, os quais comandam as ações das pessoas e as qualificam da mesma forma, favoravelmente ou não no chamado mercado de trabalho. Já Harvey (1993, p. 175), enxerga que “[...] educação, flexibilidade e mobilidade geográfica, uma vez adquiridas, ficam mais difíceis de ser controladas pelos capitalistas”.

Por outro lado, a contraposição do desempenho gerado pelo SINE e a efetiva inserção dos trabalhadores em postos de trabalho na cidade de Londrina não é

animadora.

Do volume total dos dados, isto é, mais de 470 mil inscrições entre os anos de 1992 a 2006, houve um baixo índice de colocados, pouco mais de 30 mil. Desse modo, tem-se um resultado insignificante de 6,5% de inserção efetiva dos trabalhadores em suas atividades (PARANÁ, 2007).

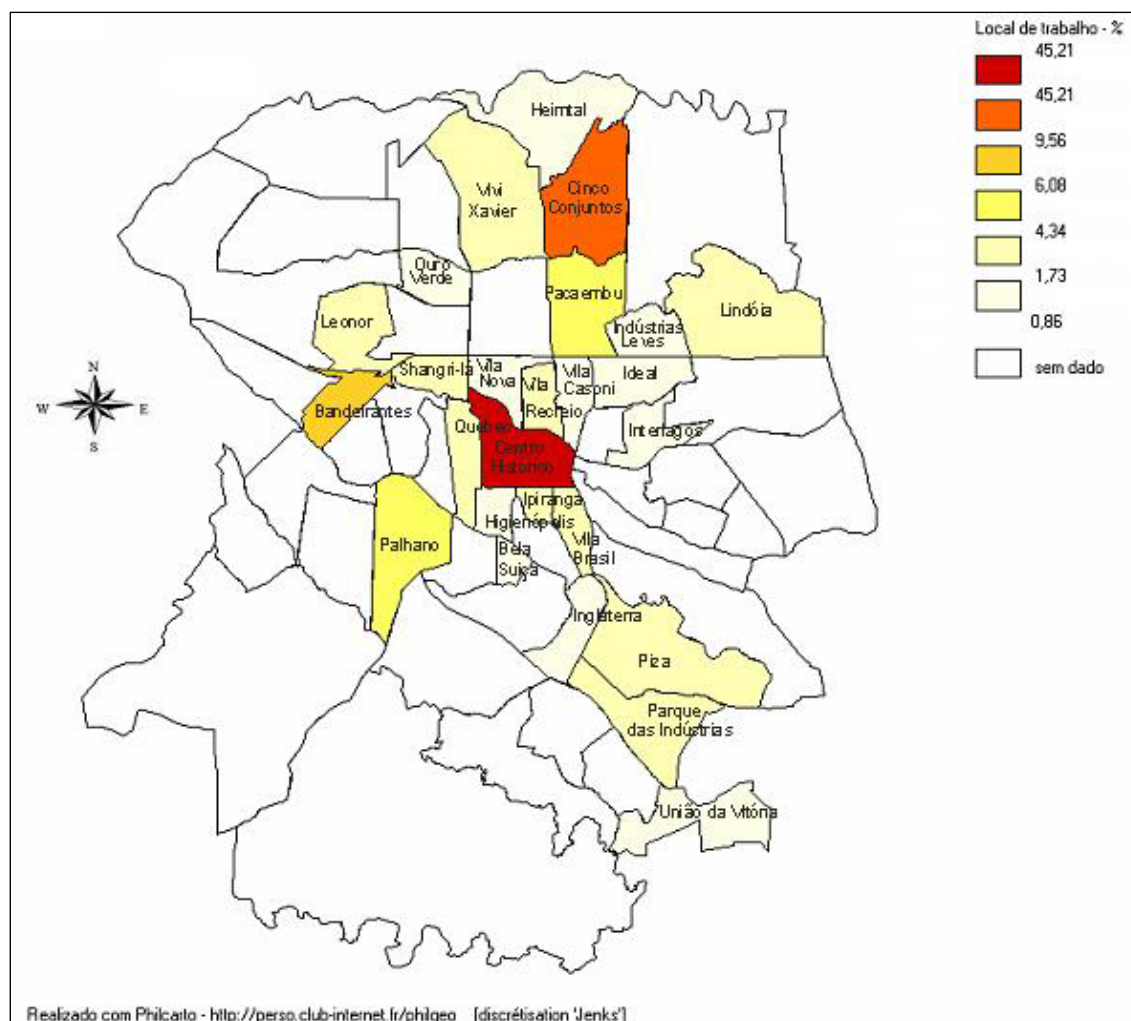
A situação torna-se mais grave quando comparados os dados daqueles que conseguiram um emprego. Do total de entrevistados, aproximadamente 76% procuraram a agência do trabalhador ao menos uma vez. O restante refere-se ao primeiro cadastro. Daqueles que procuraram emprego, a expressiva marca de 75% foi encaminhada para entrevistas no almejado local de trabalho. Destes últimos, 30% foram efetivamente inseridos nas empresas. A ressalva diz respeito ao tempo de cadastro daqueles escolhidos pelas empresas: média de 5,8 anos no SINE.

Nessa situação, emerge o questionamento das possibilidades efetivas de emprego no setor dito formal, uma vez que a criação de postos permanentes de trabalho não acompanha a dinâmica social. Eis um belo espaço à proliferação dos empregos chamados informais, visto que, mais de um terço não permaneceram 06 meses em suas atividades. As principais razões esbarram em contratos temporários, baixos salários e procura por melhores condições de trabalho. Por outro lado, há aqueles endividados e a saída do emprego através de acordo com o empregador constitui solução imediata para saldar dívidas.

Os trabalhadores empregados atualmente ou desempregados que tiveram seu último emprego na cidade de Londrina representam 76,6% dos entrevistados, e a localização de seu local de trabalho pode ser evidenciada na figura 2.

Vale ressaltar que os números absolutos sobre local de trabalho quando transformados em índices percentuais revelam a alta concentração das ocupações no Centro Histórico, 45,21%. Em seguida, aparece o Cinco Conjuntos com 9,57%, Bandeirantes com 6,09% e Pacaembu e Palhano ambos com 4,35%. Esses são os bairros mais expressivos, e o Cinco conjuntos figura como outra área de atração de atividades de acordo com o perfil estudado nessa pesquisa. Uma interpretação possível não deve descartar a dinâmica daqueles que se organizam na cidade de maneira a romper com o domínio da distância em sentido amplo<sup>3</sup>.

Quando Santos (1993, p. 89-91) assevera que a distância métrica pode ser a mesma para todos, mas o espaço “[...] tem significação diferente segundo o nível de renda e classe social a que se pertence”. E do mesmo modo a “[...] distância geográfica é duplicada pela distância política”, a análise espacial, dessa forma, ganha novos contornos.



**Figura 2** – Mapa do local de trabalho das pessoas atendidas pelo SINE – Londrina em seu último ou atual emprego - %. Base cartográfica: Grupo IMA&P – UEL. Fonte: pesquisa de campo setembro / outubro de 2007, dados organizados pelo autor.

E se essa integração se dá pela via do assalariamento, a distância dos objetos privados interfere na interação social dos indivíduos pelo fato das empresas selecionarem seus trabalhadores também pelo lugar de moradia. A lógica de acumulação do capital nos lugares, a repercussão desta lógica em escala local não induz a fenômenos restritos a grandes metrópoles.

As questões ditas subjetivas foram respondidas objetivamente pelos entrevistados, quando questionados sobre a interferência do local de moradia no processo de procura por um emprego formal na cidade de Londrina.

Do total de entrevistados, 51% admitiram que o local de moradia interfere negativamente no momento de se procurar um emprego. As dificuldades são, principalmente, atribuídas à distância. A mobilidade, nesse caso, é referida como a capacidade de deslocamento aos lugares na cidade, porém a vida, de modo geral, se encontra prejudicada.

A figura 3 contrapõe o lugar de trabalho ao apresentar o local de moradia dos residentes no espaço urbano da cidade.

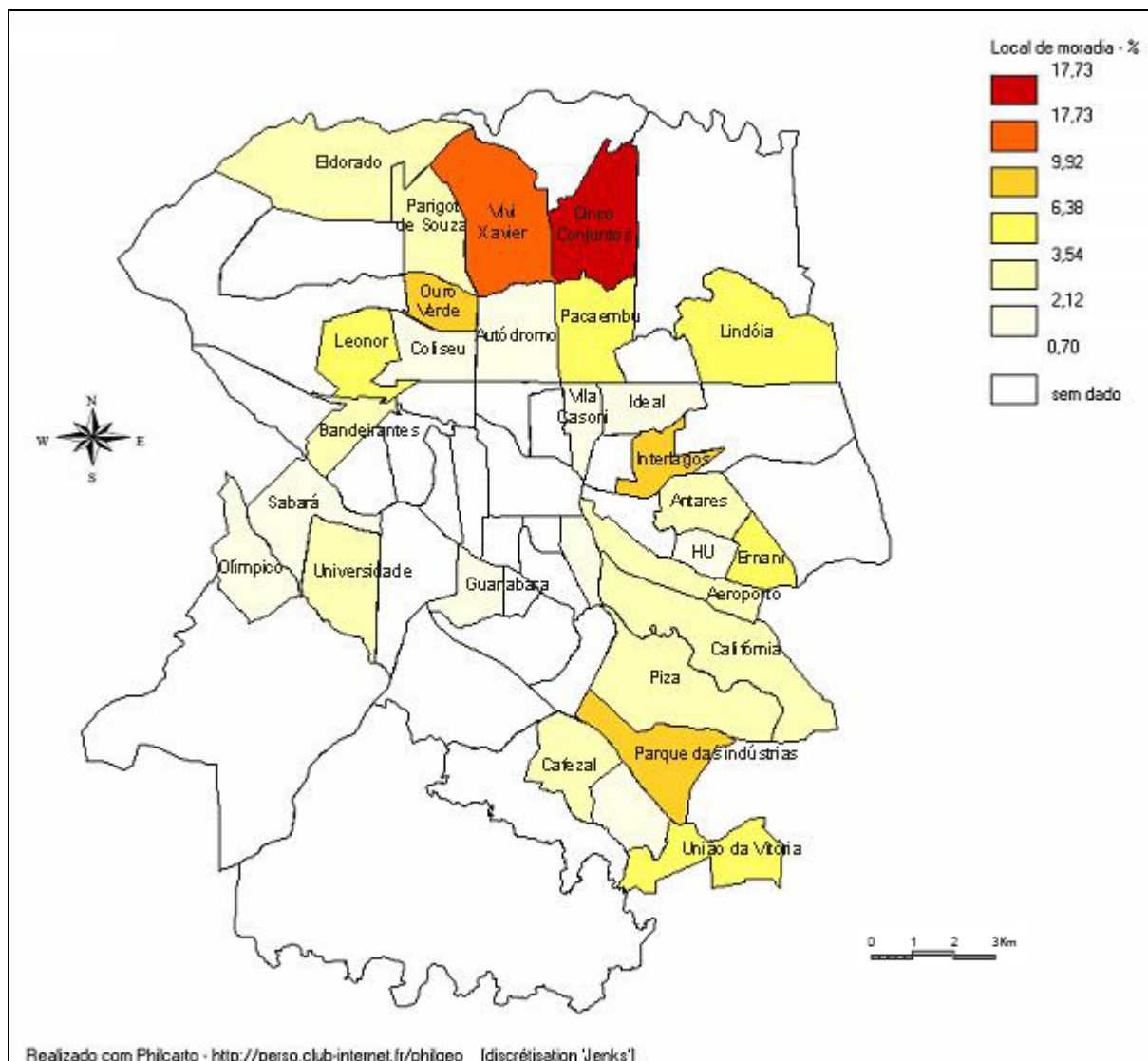
O entendimento do meio urbano nessa situação e a espacialização dos dados relativos ao local de trabalho e moradia dos trabalhadores em uma cidade média oferecem subsídios à análise da lógica empresarial em manter cristalizada as condições de quem trabalha em seu lugar de origem, ou melhor, a sua condição como mero reprodutor de força de trabalho.

Essas determinações levam 48% dos trabalhadores a afirmarem à tácita ou a explícita seletividade, discriminação por parte das empresas sobre seu local de moradia.

São freqüentes os relatos por parte dos candidatos diante de entrevistas nas empresas, quando perguntados sobre o bairro em que moram, dizem outros próximos, mais antigos e dotados de melhores infra-estruturas. É o que ocorre com o Bairro São Jorge (representado pelo bairro Eldorado, figura 3). Os moradores dizem residirem no Vivi Xavier, mas nunca revelam a sua localização exata. O constrangimento é evidente e a conseqüente associação de bairro perigoso repleto de marginais, por ser resultado de ocupação e muito distante do Centro não pode ser descartada. Muitos não conhecem o bairro, e a pobreza e a marginalidade rotulada faz com que as empresas nunca retornem as ligações prometidas, como dizem os moradores.

A problemática da distância afeta, por exemplo, moradores dos Cinco Conjuntos. Uma das entrevistadas necessitou pedir dispensa do trabalho no Jardim Bandeirantes, no qual exercia a atividade de serviços gerais, pois não conseguia conciliar o horário do trabalho com a faculdade de Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina - UEL. Além do cansaço devido à longa jornada em transporte coletivo, o tempo torna-se muito escasso para realizar cursos e estágios.

Outra moradora da favela José Belinati diz não ter dinheiro para sair na cidade e o local de moradia tornou-se um fardo. Uma das primeiras questões direcionadas aos candidatos a algum emprego relaciona-se ao local de residência. Quantos ônibus necessitam e se há risco de se chegar atrasado ao local de trabalho, aumentam as chances de dispensa para aquela vaga almejada. Um dos motivos pelo qual um morador do Conjunto União da Vitória, zona sul da cidade, alegou que terminado o período de 45 dias como suposta experiência, a empresa, localizada no Centro, o dispensou afirmando que chegaria atrasado ao trabalho.



**Figura 3** – Mapa do local de moradia das pessoas atendidas pelo SINE – Londrina que trabalham ou trabalharam na cidade - % . Base cartográfica: Grupo IMA&P – UEL. Fonte: pesquisa de campo setembro / outubro de 2007, dados organizados pelo autor.

No bairro Ernani Moura Lima houve candidatos que perderam emprego, devido às empresas se recusarem a pagar o vale-transporte. O próprio SINE já possui em seu cadastro as solicitações por parte dos empregadores de pessoas que residem nas adjacências das empresas.

Há outras estratégias de empresas que contribuem à precarização dos trabalhadores. As promessas de que o salário se elevará no transcorrer do tempo atuam como forma de manter o funcionário disciplinado. Da descoberta da ilusão a decisão de saída do emprego são no mínimo seis meses, o que ocorreu com um morador do Parigot de Souza quando trabalhava no Shopping Catuaí (representado na figura 2 pela Gleba Palhano).

As entrevistas para emprego, geralmente são marcadas com tempo

mínimo de antecedência, ou mesmo quando de imediato. Os candidatos que dispuserem de melhores meios de transporte, possivelmente, obterão a vaga.

A dependência do transporte coletivo consiste em dado considerável. Cerca de 95% do total dos entrevistados utilizam o ônibus como principal meio de deslocamento na cidade. O restante tem no carro, na moto ou na bicicleta a forma de “vencer” os obstáculos presentes no espaço urbano.

O sistema de transporte nesse contexto é o mais criticado para quem reside nos bairros periféricos e considerado um facilitador nos bairros próximos ao Centro, tais como: Aeroporto, Antares, Interlagos. O custo, a falta de dinheiro dos trabalhadores na procura por emprego, o fato de na cidade “tudo se encontrar espalhado” e de não se encontrar o que se precisa no próprio bairro, aliado ao tempo de espera por transporte ocasiona o desgaste físico e mental como grande parte argumentaram.

A estruturação do espaço urbano garante certas vantagens a alguns e condena os demais como princípios estratégicos de todo o sistema produtivo. O espaço fragmentado, porém articulado é também composto de políticas, as quais interagem dialeticamente através de suas formas com a sociedade.

O trabalho, à distância, a tipologia das paisagens revelam elementos fundamentais da produção do espaço. Santos (2004) esclarece a relação entre espaço e técnica, esta última inclui, igualmente, as técnicas da própria ação:

O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão (SANTOS, 2004, p. 55).

No espaço urbano, a socialização dos sistemas técnicos atuais é destinada a uma minoria, e a mais-valia produzida coletivamente é apropriada seletivamente. Por isso o trabalho desempenha um papel vital no processo de produção atual. A ressalva de Gomes (1991, p. 18) é enfática:

Embora o capitalismo socialize o trabalho – a produção múltipla e complexa passa pela contínua divisão integrada do trabalho, o que o torna cada vez mais social – não significa que haja socialização (entendida aqui como uma maior igualdade no usufruto dos bens naturais e culturais) (GOMES, 1991, p. 18).

Pode-se dizer que os postos de trabalho oferecidos pelo SINE são resultados de uma adaptação ao mercado local, entretanto suas características abrangem um conjunto de condições responsáveis por malograr a população e, ao



mesmo tempo, mantê-la em empregos temporários, com baixos salários. Portanto, se a renda configura-se como principal fator a estabelecer os desempregados em bairros cada vez mais distantes do Centro principal da cidade, as estratégias das empresas na seleção dos candidatos pelo bairro em que habitam, completa um quadro de subjugação e precarização daqueles que o Estado até financia com programas de qualificação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise geográfica da relação entre o espaço urbano e a classe trabalhadora na cidade de Londrina se mostrou fecunda e necessária. O fenômeno do desemprego foi acrescido do dado espacial e a intermediação da mão-de-obra na cidade ganhou novas perspectivas.

A pesquisa empírica propiciou o contato com aqueles atingidos, direta ou indiretamente, pelas mudanças no mundo do trabalho.

Para tanto, as localizações foram consideradas como obstáculos ou vantagens no momento de inserção no processo de compra e venda da força de trabalho, que, por sua vez, pode condenar os indivíduos a permanecerem em sua situação original de mão-de-obra pouco valorizada, deixando-os à mercê do mercado e de uma política enviesada.

A cidade de Londrina entendida como cidade média, por se apresentar como nó de uma divisão do trabalho em escala mundial e possuir especialização em setores de atividades, interações intra e extra-regionais a fim de se conectar a rede global, mostrou-se, do ponto de vista teórico extremamente esclarecedor.

Nesse sentido, o papel do Estado em intermediar a demanda por mão-de-obra e a procura por emprego na cidade de Londrina revelou outras dinâmicas. Os agentes constituintes de uma elite local ou não, apresentaram o mesmo comportamento: a seleção dos indivíduos pelo local em que ocupam na cidade, como primeiro ou último recurso para desqualificá-los.

Pessoas com as mesmas aptidões possuem valores distintos a depender do local em que vivem. As oportunidades são desiguais. Este fenômeno não diz respeito, somente, a grandes metrópoles, mas sim a cidades médias igualmente.

Outros fatores esclarecem o complexo funcionamento de um espaço, que tem nos agentes hegemônicos seu trunfo de poder constituído. A valorização de áreas vazias na cidade, a lógica imobiliária, a má organização do espaço pelo poder público também são classificados como responsáveis por distanciar grande parte da

população de uma interação efetiva com sua cidade.

Reinventar sua própria cidade, nesses termos, sede lugar a reinventar o cotidiano a fim de garantir a sobrevivência diária, em meio a uma mobilidade intensa entre postos de trabalhos cada vez mais distantes e precários.

A hipótese de Antunes (2002), de que o capitalismo necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de formas diversificadas de trabalho como parte constituinte, no atual período, do processo de produção capitalista parece se confirmar nesta pesquisa.

Por isso o papel do trabalhador não deve ser considerado secundário na manutenção da atual geografia do capitalismo, numa sociedade em que o valor do trabalho e, conseqüentemente, do valor do homem reduziu-se a valores de troca. A distinção do trabalhador não pode ser feita apenas pela quantidade de mercadorias de que é capaz de produzir.

Dessa forma, a discussão apresentada neste trabalho procurou, modestamente, abrir caminho à valorização do homem enquanto trabalhador, com salário digno e com sua cultura sendo expandida e não adaptada ao mercado. A construção da individualidade, da consciência de sua situação original, de classe precarizada enquanto força de trabalho, ultrapassa o simplório discurso da exigência de qualificação profissional a fim de se estabelecer no atual mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida M. (Orgs). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004, p.13-27.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho ?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRANCO, Maria Luiza C.; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F.; MOURA, Rosa. Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR, Salvador, **Anais...** ANPUR, 2005, p. 1-19 (CD – ROM).
- CARLOS, Ana Fani A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- CÔRREA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CÔRREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.7-22.

- CÔRREA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HEROD, Andrew. From a Geography of Labor to a Labor Geography: labor's spatial fix and the Geography of capitalism. **Antipode**, v. 29, p.1-31, Jan. 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 10 jun. 2007.
- MAAR, Leo Wolfgang. A dialética da centralidade do trabalho. **Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 58, n. 4, p. 26-28, out/dez 2006.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, Eric. **O conceito marxista do Homem**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p.85-149.
- MENEGUETTE, Arlete A. C.; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Introdução ao Philcarto**. Presidente Prudente: UNESP, 2003. Disponível em: <http://www.multimidia.prudente.unesp.br/philcarto.htm>. Acesso em: 12 ago. 2004. <
- MORETTO, Amilton José.; GIMENEZ, Denis Maraci.; PRONI, Marcelo Weishaupt. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, Marcelo Weishaupt.; HENRIQUE, Wilnês (Orgs). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 231-278.
- OLIVEIRA, Edilson Luis de. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina – PR**. São Paulo, 2009. 338f. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP. São Paulo, 2009.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP. **Resultado da Intermediação de Mão-de-obra**. Disponível em:<http://www.sine.pr.gov.br/setp/indicadores/>. Acesso em: 15 fev. 2007.
- POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- POCHMANN, Marcio. **O Emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Ação e seleção social: impulsos globais em contextos metropolitanos. In: CASTRO, Iná Elias de.; MIRANDA, Mariana.; EGLER, Claudio A. G. (Orgs). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 291-300.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2.ed. São Paulo: Nobel, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território: globalização e fragmentação**. 4.ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 15-20.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SILVA, Catia Antonia da. Espaço, técnica e saber: labirintos da qualificação do trabalho. In: CASTRO, Iná Elias de.; MIRANDA, Mariana.; EGLER, Claudio A. G.

(Orgs). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 301-312.

SILVA, Leandro Henrique da. **Espaço e Trabalho**: uma análise geográfica dos trabalhadores em Londrina. 2007. 88 p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

SILVA, William Ribeiro da. Novos centros, novas centralidades, novas diferenças: a fragmentação do espaço urbano de Londrina. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n.1, p. 55-70, jan/abr. 2004.

SILVA, William Ribeiro da. **Para além das cidades. Centralidade e Estruturação Urbana: Londrina e Maringá**. 2006. 280 páginas. Tese (doutorado em Geografia) - UNESP/Presidente Prudente, 2006.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, trabalho, cidades médias. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, jan/jun. 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, Maria Adélia de. O Impacto da globalização e do ajuste econômico sobre o nível de emprego. In: SEMINÁRIO: PLANO REAL E DESEMPREGO. São Paulo, 1996. **Anais...** São Paulo: Fundação Pedrosa Horta, 1996.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Por uma Geografia do Trabalho. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 6, n. 119, ago. 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm>. Acesso em: 10 jun. 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Geografia passo-a-passo**: ensaios críticos dos anos 90. Presidente Prudente: Centelha, 2005.

## NOTAS

---

<sup>2</sup> O número de mulheres que são indicadas como a pessoa de referência da família aumentou consideravelmente entre 1996 e 2006, passando de 10,3 milhões para 18,5 milhões, nesse período. Em termos relativos, esse aumento corresponde a uma variação de 79%, enquanto, neste período, o número de homens “chefes” de família aumentou 25%. O aumento da “chefia” feminina ocorreu principalmente nas famílias compostas por casal com ou sem filhos. Com certeza, um dos aspectos que determina essa nomeação pelos membros da família, da mulher como a pessoa de referência, está relacionado com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maior contribuição para o rendimento da família (IBGE, 2007, p. 205).

<sup>3</sup> Em Silva (2004, p. 64) pode-se encontrar a discussão sobre o surgimento do subcentro da Zona Norte de Londrina como uma vinculação “[...] à própria estruturação do espaço urbano, entendido enquanto conjunto, pois, mesmo que se observem dinâmicas de fragmentação, mantêm-se as articulações entre as partes, ainda que, segundo uma lógica diferente da centralidade única [...] os subcentros estão inseridos em contextos espaciais mais restritos e são formados, inicialmente, por estabelecimentos de proprietários locais, visando atender a uma demanda local, gerada pelo consumo específico de uma população com características homogêneas, que difere da pluralidade socioeconômica dos freqüentadores do Centro Principal”.